



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: BR102021002671-5 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 11/02/2021
Prioridade Unionista: -
Depositante: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (BRRJ) ;
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ? UFMG (BRMG)
Inventor: CARLOS RENE KLOTZ RABELLO; EDUARDO NICOLAU DOS
SANTOS; LEONILDO ALVES FERREIRA; KELLEY CRISTINA
BATISTA DE OLIVEIRA; LUCAS HENRIQUE REBUITI PASSOS;
MARLITO GOMES JUNIOR; ARTUR VICARI GRANATO
Título: "Processo para coprodução de olefinas e ésteres c10 a c13 a partir de
ésteres de ácidos graxos metílicos "

PARECER

Em 09/12/2024, por meio da petição 870240104576, a Requerente apresentou modificações no pedido em resposta ao parecer emitido, notificado na RPI 2801 de 10/09/2024 (despacho 6.1). Estas modificações estão consideradas no Quadro 1 com as demais documentações analisadas neste exame técnico do pedido.

Cabe a atenção à observação encaminhada pela própria requerente na petição 870240104576 de 09/12/2024, a saber: *Neste sentido, chamamos à atenção do Examinador para o fato de que em 05/12/2024 foi apresentada resposta à exigência (despacho 6.1) através da petição 870240103756 (além dos esclarecimentos, foram submetidos dois quadros reivindicatórios (QR principal e QR auxiliar)). Após reanálise do caso, as Requerentes vêm, através desse, apresentar tempestivamente novo quadro reivindicatório e novos esclarecimentos. Desta forma, solicitamos que referido quadro (anexo) seja analisado pelo Examinador com base nos esclarecimentos aqui submetidos.*

Os esclarecimentos e argumentos apresentados pelo depositante mediante a citada petição também foram considerados no presente exame. Este exame foi realizado em ambiente digital considerando-se as seguintes petições:

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1-16	870210014586	11/02/2021
Quadro Reivindicatório	1-4	870240104576	09/12/2024
Desenhos	1-6	870210014586	11/02/2021
Resumo	1	870210014586	11/02/2021

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI

Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

Comentários/Justificativas

O novo quadro reivindicatório modificado submetido para exame foi aceito, uma vez que as alterações efetuadas limitam-se à matéria inicialmente revelada e atendem ao objetivo de melhor esclarecer ou definir a matéria objeto de proteção, atendendo, portanto, ao disposto no artigo 32 da Lei nº 9.279/96 (LPI).

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI

Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	X	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	X	

Comentários/Justificativas

Quadro 4 – Documentos citados no parecer

Código *	Documento	Data de publicação
-	-	-

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)

Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1-13
	Não	-
Novidade	Sim	1-13
	Não	-
Atividade Inventiva	Sim	1-13
	Não	-

Comentários/Justificativas

Na análise do pedido de patente foi evidenciado que a exigência formulada em parecer técnico anterior foi cumprida. As vias apresentadas atendem aos requisitos de patenteabilidade exigidos, conforme mostra o quadro 5 anterior.

Os citados documentos do estado da técnica não se apresentam mais como impeditivos ao recebimento de privilégio patentário do presente pedido de patente de invenção.

Cada patente nacional é concedida e vigora independentemente das patentes de todos os outros países, de acordo com o Art. 4º bis da Convenção de Paris – CUP (Revisão de Estocolmo), que estabelece: “as patentes requeridas nos diversos países da União, pelos respectivos cidadãos, serão INDEPENDENTES das patentes obtidas para a mesma invenção nos outros países, quer tenham ou não aderido à União.” Assim, a emissão da carta patente é uma decisão de âmbito nacional, independendo das decisões tomadas em outros países.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 2025.

Adailson da Silva Santos
Pesquisador/ Mat. Nº 2335762
DIRPA / CGPAT III/DIPEQ
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº
002/11